

09/05/2012

PLENÁRIO

NONA QUESTÃO DE ORDEM NA AÇÃO PENAL 470 MINAS GERAIS

RELATOR	: MIN. JOAQUIM BARBOSA
AUTOR(A/S)(ES)	: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
RÉU(É)(S)	: JOSÉ DIRCEU DE OLIVEIRA E SILVA
ADV.(A/S)	: JOSÉ LUIS MENDES DE OLIVEIRA LIMA
RÉU(É)(S)	: JOSÉ GENOÍNO NETO
ADV.(A/S)	: SANDRA MARIA GONÇALVES PIRES
RÉU(É)(S)	: DELÚBIO SOARES DE CASTRO
ADV.(A/S)	: CELSO SANCHEZ VILARDI
RÉU(É)(S)	: SÍLVIO JOSÉ PEREIRA
ADV.(A/S)	: GUSTAVO HENRIQUE RIGHI IVAHY BADARÓ
RÉU(É)(S)	: MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA
ADV.(A/S)	: MARCELO LEONARDO
RÉU(É)(S)	: RAMON HOLLERBACH CARDOSO
ADV.(A/S)	: HERMES VILCHEZ GUERRERO
RÉU(É)(S)	: CRISTIANO DE MELLO PAZ
ADV.(A/S)	: CASTELLAR MODESTO GUIMARÃES FILHO
ADV.(A/S)	: JOSÉ ANTERO MONTEIRO FILHO
ADV.(A/S)	: CAROLINA GOULART MODESTO GUIMARÃES
ADV.(A/S)	: CASTELLAR MODESTO GUIMARAES NETO
ADV.(A/S)	: IZABELLA ARTUR COSTA
RÉU(É)(S)	: ROGÉRIO LANZA TOLENTINO
ADV.(A/S)	: PAULO SÉRGIO ABREU E SILVA
RÉU(É)(S)	: SIMONE REIS LOBO DE VASCONCELOS
ADV.(A/S)	: LEONARDO ISAAC YAROCHEWSKY
ADV.(A/S)	: DANIELA VILLANI BONACCORSI
RÉU(É)(S)	: GEIZA DIAS DOS SANTOS
ADV.(A/S)	: PAULO SÉRGIO ABREU E SILVA
RÉU(É)(S)	: KÁTIA RABELLO
ADV.(A/S)	: THEODOMIRO DIAS NETO
RÉU(É)(S)	: JOSE ROBERTO SALGADO
ADV.(A/S)	: MÁRCIO THOMAZ BASTOS
RÉU(É)(S)	: VINÍCIUS SAMARANE
ADV.(A/S)	: JOSÉ CARLOS DIAS

AP 470 QO-NONA / MG

RÉU(É)(S)	: AYANNA TENÓRIO TÔRRES DE JESUS
ADV.(A/S)	: ANTÔNIO CLÁUDIO MARIZ DE OLIVEIRA
RÉU(É)(S)	: JOÃO PAULO CUNHA
ADV.(A/S)	: ALBERTO ZACHARIAS TORON
RÉU(É)(S)	: LUIZ GUSHIKEN
ADV.(A/S)	: JOSÉ ROBERTO LEAL DE CARVALHO
RÉU(É)(S)	: HENRIQUE PIZZOLATO
ADV.(A/S)	: MARTHIUS SÁVIO CAVALCANTE LOBATO
RÉU(É)(S)	: PEDRO DA SILVA CORRÊA DE OLIVEIRA ANDRADE NETO
ADV.(A/S)	: EDUARDO ANTÔNIO LUCHO FERRÃO
RÉU(É)(S)	: JOSE MOHAMED JANENE
ADV.(A/S)	: MARCELO LEAL DE LIMA OLIVEIRA
RÉU(É)(S)	: PEDRO HENRY NETO
ADV.(A/S)	: JOSÉ ANTONIO DUARTE ALVARES
RÉU(É)(S)	: JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU
ADV.(A/S)	: MARCO ANTONIO MENEGHETTI
RÉU(É)(S)	: ENIVALDO QUADRADO
ADV.(A/S)	: PRISCILA CORRÊA GIOIA
RÉU(É)(S)	: BRENO FISCHBERG
ADV.(A/S)	: LEONARDO MAGALHÃES AVELAR
RÉU(É)(S)	: CARLOS ALBERTO QUAGLIA
PROC.(A/S)(ES)	: DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL
RÉU(É)(S)	: VALDEMAR COSTA NETO
ADV.(A/S)	: MARCELO LUIZ ÁVILA DE BESSA
RÉU(É)(S)	: JACINTO DE SOUZA LAMAS
ADV.(A/S)	: DÉLIO LINS E SILVA
RÉU(É)(S)	: ANTÔNIO DE PÁDUA DE SOUZA LAMAS
ADV.(A/S)	: DÉLIO LINS E SILVA
RÉU(É)(S)	: CARLOS ALBERTO RODRIGUES PINTO (BISPO RODRIGUES)
ADV.(A/S)	: MARCELO LUIZ ÁVILA DE BESSA
RÉU(É)(S)	: ROBERTO JEFFERSON MONTEIRO FRANCISCO
ADV.(A/S)	: LUIZ FRANCISCO CORRÊA BARBOSA
RÉU(É)(S)	: EMERSON ELOY PALMIERI
ADV.(A/S)	: ITAPUÃ PRESTES DE MESSIAS
ADV.(A/S)	: HENRIQUE DE SOUZA VIEIRA

AP 470 QO-NONA / MG

RÉU(É)(S)	:ROMEU FERREIRA QUEIROZ
ADV.(A/S)	:JOSÉ ANTERO MONTEIRO FILHO
ADV.(A/S)	:RONALDO GARCIA DIAS
ADV.(A/S)	:FLÁVIA GONÇALVES DE QUEIROZ
ADV.(A/S)	:DALMIR DE JESUS
RÉU(É)(S)	:JOSÉ RODRIGUES BORBA
ADV.(A/S)	:INOCÊNCIO MÁRTIRES COELHO
RÉU(É)(S)	:PAULO ROBERTO GALVÃO DA ROCHA
ADV.(A/S)	:MÁRCIO LUIZ DA SILVA
ADV.(A/S)	:DESIRÉE LOBO MUNIZ SANTOS GOMES
ADV.(A/S)	:JOÃO DOS SANTOS GOMES FILHO
RÉU(É)(S)	:ANITA LEOCÁDIA PEREIRA DA COSTA
ADV.(A/S)	:LUÍS MAXIMILIANO LEAL TELESMA MOTA
RÉU(É)(S)	:LUIZ CARLOS DA SILVA (PROFESSOR LUIZINHO)
ADV.(A/S)	:MÁRCIO LUIZ DA SILVA
RÉU(É)(S)	:JOÃO MAGNO DE MOURA
ADV.(A/S)	:OLINTO CAMPOS VIEIRA
RÉU(É)(S)	:ANDERSON ADAUTO PEREIRA
ADV.(A/S)	:ROBERTO GARCIA LOPES PAGLIUSO
RÉU(É)(S)	:JOSÉ LUIZ ALVES
ADV.(A/S)	:ROBERTO GARCIA LOPES PAGLIUSO
RÉU(É)(S)	:JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA (DUDA MENDONÇA)
ADV.(A/S)	:LUCIANO FELDENS
RÉU(É)(S)	:ZILMAR FERNANDES SILVEIRA
ADV.(A/S)	:LUCIANO FELDENS

EMENTA: QUESTÃO DE ORDEM. RELATÓRIO. SESSÃO DE JULGAMENTO. LEITURA RESUMIDA. PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA. SUSTENTAÇÃO ORAL. CINCO HORAS.

O relatório da ação penal – assim como o processo como um todo – há muito está disponível aos Ministros do Supremo Tribunal Federal, bem como aos réus e aos seus respectivos advogados, inclusive em meio digital.

Tal peça também ficará disponível no gabinete do Relator da ação penal para todos os réus e seus advogados que, por qualquer razão,

AP 470 QO-NONA / MG

tenham interesse em receber uma cópia em meio físico, considerando-se como cientes acerca do inteiro teor do relatório todos os demais acusados.

A fim de garantir-se a efetividade do princípio da paridade de armas, é necessário que se confira ao procurador-geral da República tempo razoável (cinco horas) para a realização da sua sustentação oral, tendo em vista que os réus, para esse mesmo fim, gozarão de até trinta e oito horas.

Questão de ordem resolvida no sentido de declarar que, diante das peculiaridades do caso concreto, o relatório da ação penal será lido de forma resumida na respectiva sessão de julgamento, sendo conferido ao procurador-geral da República o tempo de até cinco horas para a sua sustentação oral.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros do Supremo Tribunal Federal, em Sessão Plenária, sob a presidência do Ministro Ayres Britto, na conformidade da ata de julgamento e das notas taquigráficas, por maioria de votos, resolvendo questão de ordem suscitada pelo Relator, no sentido de que a leitura do relatório será resumida e de que será de 5 (cinco) horas o tempo de sustentação oral do Procurador-Geral da República, vencido o Ministro Marco Aurélio que entendia inadequada a questão de ordem, que aguardará a leitura do relatório para se manifestar e não estabelecia tempo para sustentação oral do Procurador-Geral da República.

Brasília, 09 de maio de 2012.

Ministro JOAQUIM BARBOSA

Relator

Documento assinado digitalmente

09/05/2012

PLENÁRIO

NONA QUESTÃO DE ORDEM NA AÇÃO PENAL 470 MINAS GERAIS

RELATOR	: MIN. JOAQUIM BARBOSA
AUTOR(A/S)(ES)	: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
RÉU(É)(S)	: JOSÉ DIRCEU DE OLIVEIRA E SILVA
ADV.(A/S)	: JOSÉ LUIS MENDES DE OLIVEIRA LIMA
RÉU(É)(S)	: JOSÉ GENOÍNO NETO
ADV.(A/S)	: SANDRA MARIA GONÇALVES PIRES
RÉU(É)(S)	: DELÚBIO SOARES DE CASTRO
ADV.(A/S)	: CELSO SANCHEZ VILARDI
RÉU(É)(S)	: SÍLVIO JOSÉ PEREIRA
ADV.(A/S)	: GUSTAVO HENRIQUE RIGHI IVAHY BADARÓ
RÉU(É)(S)	: MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA
ADV.(A/S)	: MARCELO LEONARDO
RÉU(É)(S)	: RAMON HOLLERBACH CARDOSO
ADV.(A/S)	: HERMES VILCHEZ GUERRERO
RÉU(É)(S)	: CRISTIANO DE MELLO PAZ
ADV.(A/S)	: CASTELLAR MODESTO GUIMARÃES FILHO
ADV.(A/S)	: JOSÉ ANTERO MONTEIRO FILHO
ADV.(A/S)	: CAROLINA GOULART MODESTO GUIMARÃES
ADV.(A/S)	: CASTELLAR MODESTO GUIMARAES NETO
ADV.(A/S)	: IZABELLA ARTUR COSTA
RÉU(É)(S)	: ROGÉRIO LANZA TOLENTINO
ADV.(A/S)	: PAULO SÉRGIO ABREU E SILVA
RÉU(É)(S)	: SIMONE REIS LOBO DE VASCONCELOS
ADV.(A/S)	: LEONARDO ISAAC YAROCHEWSKY
ADV.(A/S)	: DANIELA VILLANI BONACCORSI
RÉU(É)(S)	: GEIZA DIAS DOS SANTOS
ADV.(A/S)	: PAULO SÉRGIO ABREU E SILVA
RÉU(É)(S)	: KÁTIA RABELLO
ADV.(A/S)	: THEODOMIRO DIAS NETO
RÉU(É)(S)	: JOSE ROBERTO SALGADO
ADV.(A/S)	: MÁRCIO THOMAZ BASTOS
RÉU(É)(S)	: VINÍCIUS SAMARANE
ADV.(A/S)	: JOSÉ CARLOS DIAS

AP 470 QO-NONA / MG

RÉU(É)(S)	: AYANNA TENÓRIO TÔRRES DE JESUS
ADV.(A/S)	: ANTÔNIO CLÁUDIO MARIZ DE OLIVEIRA
RÉU(É)(S)	: JOÃO PAULO CUNHA
ADV.(A/S)	: ALBERTO ZACHARIAS TORON
RÉU(É)(S)	: LUIZ GUSHIKEN
ADV.(A/S)	: JOSÉ ROBERTO LEAL DE CARVALHO
RÉU(É)(S)	: HENRIQUE PIZZOLATO
ADV.(A/S)	: MARTHIUS SÁVIO CAVALCANTE LOBATO
RÉU(É)(S)	: PEDRO DA SILVA CORRÊA DE OLIVEIRA ANDRADE NETO
ADV.(A/S)	: EDUARDO ANTÔNIO LUCHO FERRÃO
RÉU(É)(S)	: JOSE MOHAMED JANENE
ADV.(A/S)	: MARCELO LEAL DE LIMA OLIVEIRA
RÉU(É)(S)	: PEDRO HENRY NETO
ADV.(A/S)	: JOSÉ ANTONIO DUARTE ALVARES
RÉU(É)(S)	: JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU
ADV.(A/S)	: MARCO ANTONIO MENEGHETTI
RÉU(É)(S)	: ENIVALDO QUADRADO
ADV.(A/S)	: PRISCILA CORRÊA GIOIA
RÉU(É)(S)	: BRENO FISCHBERG
ADV.(A/S)	: LEONARDO MAGALHÃES AVELAR
RÉU(É)(S)	: CARLOS ALBERTO QUAGLIA
PROC.(A/S)(ES)	: DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL
RÉU(É)(S)	: VALDEMAR COSTA NETO
ADV.(A/S)	: MARCELO LUIZ ÁVILA DE BESSA
RÉU(É)(S)	: JACINTO DE SOUZA LAMAS
ADV.(A/S)	: DÉLIO LINS E SILVA
RÉU(É)(S)	: ANTÔNIO DE PÁDUA DE SOUZA LAMAS
ADV.(A/S)	: DÉLIO LINS E SILVA
RÉU(É)(S)	: CARLOS ALBERTO RODRIGUES PINTO (BISPO RODRIGUES)
ADV.(A/S)	: MARCELO LUIZ ÁVILA DE BESSA
RÉU(É)(S)	: ROBERTO JEFFERSON MONTEIRO FRANCISCO
ADV.(A/S)	: LUIZ FRANCISCO CORRÊA BARBOSA
RÉU(É)(S)	: EMERSON ELOY PALMIERI
ADV.(A/S)	: ITAPUÃ PRESTES DE MESSIAS
ADV.(A/S)	: HENRIQUE DE SOUZA VIEIRA

AP 470 QO-NONA / MG

RÉU(É)(S)	:ROMEU FERREIRA QUEIROZ
ADV.(A/S)	:JOSÉ ANTERO MONTEIRO FILHO
ADV.(A/S)	:RONALDO GARCIA DIAS
ADV.(A/S)	:FLÁVIA GONÇALVES DE QUEIROZ
ADV.(A/S)	:DALMIR DE JESUS
RÉU(É)(S)	:JOSÉ RODRIGUES BORBA
ADV.(A/S)	:INOCÊNCIO MÁRTIRES COELHO
RÉU(É)(S)	:PAULO ROBERTO GALVÃO DA ROCHA
ADV.(A/S)	:MÁRCIO LUIZ DA SILVA
ADV.(A/S)	:DESIRÉE LOBO MUNIZ SANTOS GOMES
ADV.(A/S)	:JOÃO DOS SANTOS GOMES FILHO
RÉU(É)(S)	:ANITA LEOCÁDIA PEREIRA DA COSTA
ADV.(A/S)	:LUÍS MAXIMILIANO LEAL TELESMA MOTA
RÉU(É)(S)	:LUIZ CARLOS DA SILVA (PROFESSOR LUIZINHO)
ADV.(A/S)	:MÁRCIO LUIZ DA SILVA
RÉU(É)(S)	:JOÃO MAGNO DE MOURA
ADV.(A/S)	:OLINTO CAMPOS VIEIRA
RÉU(É)(S)	:ANDERSON ADAUTO PEREIRA
ADV.(A/S)	:ROBERTO GARCIA LOPES PAGLIUSO
RÉU(É)(S)	:JOSÉ LUIZ ALVES
ADV.(A/S)	:ROBERTO GARCIA LOPES PAGLIUSO
RÉU(É)(S)	:JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA (DUDA MENDONÇA)
ADV.(A/S)	:LUCIANO FELDENS
RÉU(É)(S)	:ZILMAR FERNANDES SILVEIRA
ADV.(A/S)	:LUCIANO FELDENS

RELATÓRIO

O SENHOR MINISTRO JOAQUIM BARBOSA - (Relator):
Senhores Ministros, tendo em vista as notórias peculiaridades do feito, apresento a nona questão de ordem, relativa à leitura do relatório da presente ação penal, por ocasião da sessão de julgamento, bem como ao tempo conferido ao procurador-geral da República, para sustentação oral.

AP 470 QO-NONA / MG

É o relatório.

09/05/2012

PLENÁRIO

NONA QUESTÃO DE ORDEM NA AÇÃO PENAL 470 MINAS GERAIS

V O T O

O SENHOR MINISTRO JOAQUIM BARBOSA - (Relator): Como se sabe, a presente ação penal, até o momento, já conta com 234 volumes, 495 apensos e 50.199 folhas (sem contar os apensos).

O relatório do feito, como era de se esperar para um caso dessa natureza, foi apresentado em 122 folhas, encontrando-se às fls. 49.997-50.118.

Diante desses expressivos números, é totalmente previsível que o julgamento da causa venha a consumir várias sessões do Plenário desta Corte.

Apenas para ilustrar, ressalto que somente a leitura integral do relatório pode levar uma sessão inteira. Da mesma forma, só as sustentações orais dos 38 réus podem estender-se por até 38 horas, tendo em vista o disposto no art. 132 do Regimento Interno do STF, segundo o qual “[c]ada uma das partes falará pelo tempo máximo de quinze minutos, excetuada a ação penal originária, na qual o prazo será de uma hora, prorrogável pelo Presidente.”

Assim, com o propósito de tornar mais célere o julgamento do feito, **proponho que o relatório da ação penal seja lido de forma resumida** na respectiva sessão plenária.

Para tanto, observo que o relatório do feito – assim como o processo como um todo – há muito está disponível a Vossas Excelências, aos réus e aos seus respectivos advogados, inclusive em meio digital, considerando que os autos estão digitalizados.

Além disso, distribuo a Vossas Excelências uma cópia reprográfica do relatório, já juntado às fls. 49.997-50.118.

Da mesma forma, o relatório também ficará disponível em meu

AP 470 QO-NONA / MG

gabinete para todos os réus e seus advogados que, por qualquer razão, tenham interesse em receber uma cópia em meio físico, considerando-se como cientes acerca do inteiro teor do relatório todos os demais acusados, os quais, repito, têm amplo acesso aos autos, que estão digitalizados, encontrando-se o relatório, como dito, às fls. 49.997-50.118.

Por fim, considerando que os réus, como dito, disporão de até trinta e oito horas para suas sustentações orais, **proponho que seja conferido ao procurador-geral da República o tempo de até cinco horas para a realização da sua sustentação oral**, afim de assegurar-se a efetividade do princípio da paridade de armas, tão caro ao processo penal.

Por essas razões, **voto pelo acolhimento da presente questão de ordem, para declarar que, ante as peculiaridades do caso concreto, o relatório da ação penal será lido de forma resumida na respectiva sessão de julgamento, sendo conferido ao procurador-geral da República o tempo de até cinco horas para a sua sustentação oral.**

09/05/2012**PLENÁRIO****NONA QUESTÃO DE ORDEM NA AÇÃO PENAL 470 MINAS GERAIS****PROPOSTA**

O SENHOR MINISTRO JOAQUIM BARBOSA (RELATOR) - Presidente, eu gostaria de trazer a este Plenário uma questão de ordem na Ação Penal nº 470. E o faço porque, como todos sabemos, essa Ação Penal, em razão da sua complexidade, constituirá, sem dúvida, um julgamento único da história deste Tribunal. Segundo os meus cálculos, nós não chegaremos a termo nesse julgamento em menos do que três semanas de julgamento, considerando, segundo o que eu vou propor, que a primeira semana seja integralmente consagrada a sustentações orais dos trinta e oito representantes dos réus. Então, será um julgamento complicado, e o meu intuito é o de trazer questões que nos ajudem a facilitar esse julgamento.

Eu apresento, portanto, essa nona questão de ordem relativa, em primeiro lugar, ao tema concernente ao tempo de sustentação oral da acusação, já que a Lei nº 8.038 e o nosso Regimento Interno não são suficientemente elucidativos quanto a essa questão. Então, nessa preocupação em assegurar igualdade de armas - pelo menos numa tentativa de assegurar igualdade de armas - trago essa questão também relativa ao procurador.

Mas, em primeiro lugar, a proposta é a seguinte (lê proposta escrita).

09/05/2012

PLENÁRIO

NONA QUESTÃO DE ORDEM NA AÇÃO PENAL 470 MINAS GERAIS

**VOTO DO REVISOR
S/ 1º ITEM DA QUESTÃO DE ORDEM**

O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI (REVISOR)

- Senhor Presidente, estou inteiramente de acordo com a proposta do eminente Relator.

09/05/2012

PLENÁRIO

NONA QUESTÃO DE ORDEM NA AÇÃO PENAL 470 MINAS GERAIS

DEBATE

O SENHOR MINISTRO AYRES BRITTO (PRESIDENTE) - A proposta de Vossa Excelência, portanto, nesse primeiro item é uma leitura sucinta do relatório.

O SENHOR MINISTRO JOAQUIM BARBOSA (RELATOR) - Menos do que sucinta, meramente enunciativa das acusações, porque o que eu menos quero é gastar tempo aqui desnecessariamente, já que o relatório é do conhecimento de todos.

O SENHOR MINISTRO CELSO DE MELLO: CANCELADO.

O SENHOR MINISTRO JOAQUIM BARBOSA (RELATOR) - Sim. Lembro que ele já está muito... eu fiz o possível para condensá-lo ao máximo, porque um relatório dessa natureza não conteria, caso eu não tivesse feito esse condensamento, menos de duzentas, trezentas páginas.

O SENHOR MINISTRO CELSO DE MELLO: CANCELADO.

O SENHOR MINISTRO JOAQUIM BARBOSA (RELATOR) - Exatamente.

O SENHOR MINISTRO AYRES BRITTO (PRESIDENTE) - Eu me preocupo com a possibilidade, que me parece inviável, de supressão das características técnicas, centrais do relatório. Mas se Vossa Excelência tem condições de, resumidamente, dar conta de que a ação se trata, quem está acusando, quem são os acusados, quais são as imputações principais, acho que esse requisito fica atendido.

Mas ouço os eminentes Ministros quanto ao próprio resumo que se pretende fazer. A ideia do resumo me parece louvável, não é, Ministro

AP 470 QO-NONA / MG

Marco Aurélio? Viável, a ideia do resumo. Agora, no que vai consistir o resumo...

.....

09/05/2012**PLENÁRIO****NONA QUESTÃO DE ORDEM NA AÇÃO PENAL 470 MINAS GERAIS**

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO – Senhor Presidente, não posso deixar de revelar a compreensão que tenho sobre este processo. Para mim, é processo como tantos outros que até hoje foram examinados pelo Supremo. Não vejo qualquer excepcionalidade a ditar regras especiais. Mais do que isso, Presidente: vinga, no tocante a processo revelador de ação penal, o princípio da concentração, não cabendo estabelecer fase prévia, no que se colaria ao próprio processo o rótulo de excepcional. Descabe deliberar antecipadamente como será feito o relatório, como ocorrerão as sustentações das partes envolvidas na ação penal. São dados a serem decididos na assentada de julgamento, quando o processo estiver aparelhado e em pauta – na pauta dirigida. A partir do momento em que nos reunimos, em sessão Plenária, para estabelecer previamente, no campo de um pragmatismo maior e não da técnica processual, balizas para o exame, observamos excepcionalidade que não se coaduna com o Estado Democrático de Direito.

Inicialmente, peço vênia ao relator para assentar que não cabe a questão de ordem. O que proposto por Sua Excelência – repito –, quanto ao modo de ter-se a revelação do conhecimento da causa por relator e por revisor, deve ser deliberado, uma vez aparelhado o processo para julgamento, publicada a pauta, e feito o pregão.

É como voto, inicialmente.

09/05/2012

PLENÁRIO

NONA QUESTÃO DE ORDEM NA AÇÃO PENAL 470 MINAS GERAIS

VOTO S/ 1º ITEM DA QUESTÃO DE ORDEM

O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES - Senhor Presidente, eu gostaria também de me manifestar no sentido de apoiar a questão de ordem trazida pelo Relator.

É verdade que, do ponto de vista da questão colocada, é mais uma questão criminal submetida ao Tribunal. Agora, todos percebem que se cuida de um julgamento complexo, tanto é que, quando do julgamento da denúncia, também houve cautelas especiais. Por exemplo, a disponibilização do processo para todos, o acesso, todas as medidas que, à época, a Ministra Ellen Gracie tomou para que houvesse a vista simultânea, por exemplo, dos autos. É um caso que exige uma série de cautelas, vamos dizer, de organização e procedimento, a própria discussão sobre o tempo de sustentação, tudo isso exige cautelas especiais.

Então, parece-me que andou bem o eminente Relator ao submeter a a questão de ordem ao Plenário.

09/05/2012

PLENÁRIO

NONA QUESTÃO DE ORDEM NA AÇÃO PENAL 470 MINAS GERAIS

VOTO S/ 1º ITEM DA QUESTÃO DE ORDEM

O SENHOR MINISTRO LUIZ FUX - Senhor Presidente, também entendo que a complexidade da causa, pela multiplicidade de partícipes, recomenda essa prudência de estabelecermos essa questão de ordem com antecedência para que o julgamento possa fluir normalmente.

Eu acompanho o Relator, com as devidas vênias.

09/05/2012

PLENÁRIO

NONA QUESTÃO DE ORDEM NA AÇÃO PENAL 470 MINAS GERAIS

O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI:

Senhor Presidente, tenho, em muitas causas, inclusive de natureza penal, distribuído o próprio voto assim que termina a sustentação oral. Além de distribuir aos Colegas, distribuo ao Procurador-Geral da República e ao advogado defensor. Isso facilita, e muito, a análise dos Colegas.

Não vejo nenhum problema de, uma vez disponibilizado o relatório - que já é do conhecimento de todos -, se fazer um resumo, uma síntese, dele.

09/05/2012

PLENÁRIO

NONA QUESTÃO DE ORDEM NA AÇÃO PENAL 470 MINAS GERAIS

TRIBUNAL PLENO

NONA QUESTÃO DE ORDEM NA AÇÃO PENAL 470

VOTO S/ 1º ITEM QUESTÃO DE ORDEM

A SENHORA MINISTRA CÁRMEN LÚCIA - Senhor Presidente, também peço vênia ao eminente Ministro Marco Aurélio, mas acompanho integralmente o Ministro-Relator.

* * * * *

09/05/2012

PLENÁRIO

NONA QUESTÃO DE ORDEM NA AÇÃO PENAL 470 MINAS GERAIS

VOTO S/ 1º ITEM DA QUESTÃO DE ORDEM

O SENHOR MINISTRO CEZAR PELUSO - Senhor Presidente, desde que observado o requisito legal de se proceder ao relatório e disponibilizá-lo para os interessados.

O SENHOR MINISTRO AYRES BRITTO (PRESIDENTE) - Meu voto é nesse sentido também, antecipadamente.

O SENHOR MINISTRO CEZAR PELUSO - Acho que é critério do Relator se vai ler o relatório inteiro ou se vai resumir. Tantas vezes, resumimos os relatórios em julgamentos, não apenas no Plenário, como na Turma.

Peço vênia e acompanho o Relator.

09/05/2012

PLENÁRIO

NONA QUESTÃO DE ORDEM NA AÇÃO PENAL 470 MINAS GERAIS

ESCLARECIMENTO

O SENHOR MINISTRO AYRES BRITTO (PRESIDENTE) - O Ministro Marco Aurélio já se manifestou, iniciando a divergência.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO – Quanto à inadequação da questão de ordem.

Agora, a respeito dos parâmetros do relatório, dita-os o próprio relator. Aguardarei o relatório que será apresentado por Sua Excelência. Já recebi o físico – tanto que levei para o Rio nas férias do mês de janeiro. Procedi à leitura e digo a Sua Excelência que é um substancioso relatório.

O SENHOR MINISTRO JOAQUIM BARBOSA (RELATOR) - Mas bem sucinto, bem condensado, Ministro; tem o suficiente, mas é muito condensado.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO – Fico a imaginar quantas páginas teria o relatório além da centena hoje revelada, caso não houvesse esse poder de síntese aludido por Vossa Excelência!

09/05/2012

PLENÁRIO

NONA QUESTÃO DE ORDEM NA AÇÃO PENAL 470 MINAS GERAIS

VOTO S/ 1º ITEM DA QUESTÃO DE ORDEM

O SENHOR MINISTRO AYRES BRITTO (PRESIDENTE) - Também acompanho a proposta do Ministro Relator. Resolvo a questão de ordem no mesmo sentido de Sua Excelência, com essa preocupação apenas de que o relatório, mesmo resumidamente, nos dê conta das características técnicas de todo relatório, sabido que a decisão, colegiadamente proferida, guarda conformidade com as decisões judiciais também singularmente exaradas; que tenha aquela estrutura formal tripartite: do relatório, da fundamentação e da parte dispositiva.

xxxxxx

09/05/2012

PLENÁRIO

NONA QUESTÃO DE ORDEM NA AÇÃO PENAL 470 MINAS GERAIS

VOTO S/ 2ª QUESTÃO DE ORDEM

O SENHOR MINISTRO JOAQUIM BARBOSA (RELATOR) - O segundo ponto, Senhor Presidente, diz respeito ao tempo de sustentação oral a ser conferido ao eminente Procurador Geral da República, a acusação, já que a nossa Lei Nº 8.038/90 não é precisa a esse respeito, tampouco o Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal. Fala-se apenas em uma hora às partes, e me parece evidente num caso como este, em que há, no polo passivo, trinta e oito réus e, no polo ativo, apenas a acusação, parece-me incontornável uma deliberação da nossa parte quanto a esse tempo a ser concedido ao Procurador Geral, numa preocupação de equidade, de assegurar, na medida do possível, essa igualdade de armas, ínsita ao processo penal.

Proponho que se dê, a não ser que o eminente Procurador- Geral pense de outra forma, acredito que cinco horas de sustentação seriam suficientes, mesmo porque acho complicado alguém sustentar mais do que cinco horas.

O SENHOR MINISTRO AYRES BRITTO (PRESIDENTE) - Mesmo tratando-se de um excelente Procurador-Geral como nós sabemos ser o caso do Doutor Roberto Gurgel dos Santos.

Pela ordem, ouço o eminente Revisor.

09/05/2012

PLENÁRIO

NONA QUESTÃO DE ORDEM NA AÇÃO PENAL 470 MINAS GERAIS

DEBATE

O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI (REVISOR)

- Senhor Presidente, eu sugiro que se dê a palavra ao Eminente Procurador-Geral da República, para que ele se manifeste quanto ao tempo que lhe foi sugerido.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO – Mais uma vez, estaremos a deliberar sem a presença das partes, sobre algo que diz respeito ao julgamento da ação penal.

O SENHOR MINISTRO JOAQUIM BARBOSA (RELATOR) - Diz respeito à organização do julgamento.

O SENHOR MINISTRO AYRES BRITTO (PRESIDENTE) - Não, é apenas a formatação do julgamento.

O SENHOR MINISTRO JOAQUIM BARBOSA (RELATOR) - Teremos outros problemas, muito provavelmente, a deliberar. As partes se manifestarão, muito provavelmente, tão logo o processo seja liberado para julgamento, mas, a nós, cabe essa organização.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO – Ou seja, estamos fatiando o julgamento desse processo, da ação penal.

O SENHOR MINISTRO CELSO DE MELLO: CANCELADO.

O SENHOR MINISTRO AYRES BRITTO (PRESIDENTE) - Nós estamos dando, na verdade, uma interpretação lógica e finalística da norma na perspectiva da correlação de forças argumentativas da acusação

AP 470 QO-NONA / MG

e da defesa. Talvez, tecnicamente, coubesse a discussão dessa matéria como preliminar de mérito, mas ainda entendo que estamos cuidando de formatação de uma sessão que tem de ser mesmo diferenciada, porque o processo é, em si, diferenciado. Não no plano da nossa subjetividade para julgar, não é isso.

O SENHOR MINISTRO CELSO DE MELLO: CANCELADO.

O SENHOR MINISTRO AYRES BRITTO (PRESIDENTE) - Não, jamais.

O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES - E nem dos tipos criminais, obviamente.

O SENHOR MINISTRO AYRES BRITTO (PRESIDENTE) - Não estamos entrando nisso, quanto às imputações, a natureza das imputações. A complexidade, em si mesmo, do processo é na sua estrutura formal.

O SENHOR MINISTRO CELSO DE MELLO: CANCELADO.

O SENHOR MINISTRO AYRES BRITTO (PRESIDENTE) - Eu ouço o Procurador-Geral da República.

O SENHOR ROBERTO MONTEIRO GURGEL (PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA) - Senhor Presidente, considerando todas essas peculiaridades que foram aqui mencionadas pelos eminentes Ministros, o Ministério Público entende que esse tempo proposto de cinco horas estaria adequado. Evidentemente, ele não será suficiente, dado o grande número de réus, para que se exponha minuciosamente a acusação em relação a cada um deles, mas é um tempo mínimo para que a acusação possa - eu diria - esboçar-se de uma forma satisfatória.

E até assinalo, também, a conveniência dessa definição quanto a esse

AP 470 QO-NONA / MG

ponto, porque as defesas sabem, desde sempre, que terão uma hora para elaborar a sua sustentação, e é preciso que também o Ministério Público, antecipadamente, saiba o tempo de que disporá para que possa se preparar adequadamente.

09/05/2012

PLENÁRIO

NONA QUESTÃO DE ORDEM NA AÇÃO PENAL 470 MINAS GERAIS

VOTO S/ ITEM II

O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI (REVISOR)

- Senhor Presidente, estou de acordo. Se o eminente Procurador-Geral da República também considera suficiente esse tempo, eu acompanho integralmente a proposta feita pelo ilustre Relator.

09/05/2012

PLENÁRIO

NONA QUESTÃO DE ORDEM NA AÇÃO PENAL 470 MINAS GERAIS

VOTO S/ ITEM II

O SENHOR MINISTRO LUIZ FUX - Senhor Presidente, o Ministro Celso de Mello tocou num aspecto muito importante, porquanto todos os prazos processuais pressupõem que o processo seja um **actum trium personarum**, e esse efetivamente não é. É um processo com multiplicidade de partes e que recomenda alargar-se o prazo da sustentação do eminente representante do Ministério Público para que haja exatamente o cumprimento do devido processo legal, que também pressupõe igualdade de armas

Estou de acordo com o Relator.

09/05/2012

PLENÁRIO

NONA QUESTÃO DE ORDEM NA AÇÃO PENAL 470 MINAS GERAIS

VOTO SOBRE ITEM II

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO – Presidente, levássemos às últimas consequências o que Ada Pellegrini Grinover aponta como paridade de armas, teria a acusação o direito de sustentar durante trinta e oito horas, porque trinta e oito são os acusados, cada qual com direito a uma hora. Creio que nem Fidel Castro, quando estava no auge dos discursos, chegou a tanto.

Peço vênia para acreditar em um princípio básico, o da razoabilidade. Sua Excelência, o titular da ação penal, saberá dosar, ante o contexto, ante a complexidade da causa, ante o envolvimento de tantos acusados, no que elastecida a competência do Tribunal, a sustentação.

É como me pronuncio.

O SENHOR MINISTRO AYRES BRITTO (PRESIDENTE) - Vossa Excelência não fixa um tempo?

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO – Quem sou eu para fixar tempo para Sua Excelência, diante de um processo que já se disse diferente dos demais processos!

09/05/2012

PLENÁRIO

NONA QUESTÃO DE ORDEM NA AÇÃO PENAL 470 MINAS GERAIS

DEBATE

O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES - Senhor Presidente, considerando esse tempo dilargado à acusação por cinco horas e, também, tantas horas de sustentação por parte da defesa, certamente temos de imaginar qual será a ordem de dias; se, de fato, faremos julgamentos em dias sucessivos, se sessão pela manhã e pela tarde, ou discutiremos isso em outra oportunidade?

O SENHOR MINISTRO AYRES BRITTO (PRESIDENTE) - Acho melhor em outra oportunidade. Deixaremos para outra oportunidade, o que não vai demorar. Estamos todos já pensando nessa necessidade de uma estruturação formal diferenciada para um processo que é diferenciado, segundo o número de réus, de imputações, de testemunhas, de número de autos e de apensos etc.

O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES - É, formação multitudinária mesmo.

O SENHOR MINISTRO CELSO DE MELLO: CANCELADO.

O SENHOR MINISTRO CEZAR PELUSO - O justo seria dar-lhe quarenta horas.



PLENÁRIO

EXTRATO DE ATA

NONA QUESTÃO DE ORDEM NA AÇÃO PENAL 470

PROCED. : MINAS GERAIS

RELATOR : MIN. JOAQUIM BARBOSA

AUTOR(A/S) (ES) : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

PROC.(A/S) (ES) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

RÉU(É) (S) : JOSÉ DIRCEU DE OLIVEIRA E SILVA

ADV.(A/S) : JOSÉ LUIS MENDES DE OLIVEIRA LIMA

RÉU(É) (S) : JOSÉ GENOÍNO NETO

ADV.(A/S) : SANDRA MARIA GONÇALVES PIRES

RÉU(É) (S) : DELÚBIO SOARES DE CASTRO

ADV.(A/S) : CELSO SANCHEZ VILARDI

RÉU(É) (S) : SÍLVIO JOSÉ PEREIRA

ADV.(A/S) : GUSTAVO HENRIQUE RIGHI IVAHY BADARÓ

RÉU(É) (S) : MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA

ADV.(A/S) : MARCELO LEONARDO

RÉU(É) (S) : RAMON HOLLERBACH CARDOSO

ADV.(A/S) : HERMES VILCHEZ GUERRERO

RÉU(É) (S) : CRISTIANO DE MELLO PAZ

ADV.(A/S) : CASTELLAR MODESTO GUIMARÃES FILHO

ADV.(A/S) : JOSÉ ANTERO MONTEIRO FILHO

ADV.(A/S) : CAROLINA GOULART MODESTO GUIMARÃES

ADV.(A/S) : CASTELLAR MODESTO GUIMARAES NETO

ADV.(A/S) : IZABELLA ARTUR COSTA

RÉU(É) (S) : ROGÉRIO LANZA TOLENTINO

ADV.(A/S) : PAULO SÉRGIO ABREU E SILVA

RÉU(É) (S) : SIMONE REIS LOBO DE VASCONCELOS

ADV.(A/S) : LEONARDO ISAAC YAROCHEWSKY

ADV.(A/S) : DANIELA VILLANI BONACCORSI

RÉU(É) (S) : GEIZA DIAS DOS SANTOS

ADV.(A/S) : PAULO SÉRGIO ABREU E SILVA

RÉU(É) (S) : KÁTIA RABELLO

ADV.(A/S) : THEODOMIRO DIAS NETO

RÉU(É) (S) : JOSE ROBERTO SALGADO

ADV.(A/S) : MÁRCIO THOMAZ BASTOS

RÉU(É) (S) : VINÍCIUS SAMARANE

ADV.(A/S) : JOSÉ CARLOS DIAS

RÉU(É) (S) : AYANNA TENÓRIO TÔRRES DE JESUS

ADV.(A/S) : ANTÔNIO CLÁUDIO MARIZ DE OLIVEIRA

RÉU(É) (S) : JOÃO PAULO CUNHA

ADV.(A/S) : ALBERTO ZACHARIAS TORON

RÉU(É) (S) : LUIZ GUSHIKEN

ADV.(A/S) : JOSÉ ROBERTO LEAL DE CARVALHO

RÉU(É) (S) : HENRIQUE PIZZOLATO

ADV.(A/S) : MARTHIUS SÁVIO CAVALCANTE LOBATO

RÉU(É) (S) : PEDRO DA SILVA CORRÊA DE OLIVEIRA ANDRADE NETO

ADV.(A/S) : EDUARDO ANTÔNIO LUCHO FERRÃO



RÉU(É) (S) : JOSE MOHAMED JANENE
ADV. (A/S) : MARCELO LEAL DE LIMA OLIVEIRA
RÉU(É) (S) : PEDRO HENRY NETO
ADV. (A/S) : JOSÉ ANTONIO DUARTE ALVARES
RÉU(É) (S) : JOÃO CLÁUDIO DE CARVALHO GENU
ADV. (A/S) : MARCO ANTONIO MENEGHETTI
RÉU(É) (S) : ENIVALDO QUADRADO
ADV. (A/S) : PRISCILA CORRÊA GIOIA
RÉU(É) (S) : BRENO FISCHBERG
ADV. (A/S) : LEONARDO MAGALHÃES AVELAR
RÉU(É) (S) : CARLOS ALBERTO QUAGLIA
PROC. (A/S) (ES) : DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL
RÉU(É) (S) : VALDEMAR COSTA NETO
ADV. (A/S) : MARCELO LUIZ ÁVILA DE BESSA
RÉU(É) (S) : JACINTO DE SOUZA LAMAS
ADV. (A/S) : DÉLIO LINS E SILVA
RÉU(É) (S) : ANTÔNIO DE PÁDUA DE SOUZA LAMAS
ADV. (A/S) : DÉLIO LINS E SILVA
RÉU(É) (S) : CARLOS ALBERTO RODRIGUES PINTO (BISPO RODRIGUES)
ADV. (A/S) : MARCELO LUIZ ÁVILA DE BESSA
RÉU(É) (S) : ROBERTO JEFFERSON MONTEIRO FRANCISCO
ADV. (A/S) : LUIZ FRANCISCO CORRÊA BARBOSA
RÉU(É) (S) : EMERSON ELOY PALMIERI
ADV. (A/S) : ITAPUÃ PRESTES DE MESSIAS
ADV. (A/S) : HENRIQUE DE SOUZA VIEIRA
RÉU(É) (S) : ROMEU FERREIRA QUEIROZ
ADV. (A/S) : JOSÉ ANTERO MONTEIRO FILHO
ADV. (A/S) : RONALDO GARCIA DIAS
ADV. (A/S) : FLÁVIA GONÇALVES DE QUEIROZ
ADV. (A/S) : DALMIR DE JESUS
RÉU(É) (S) : JOSÉ RODRIGUES BORBA
ADV. (A/S) : INOCÊNCIO MÁRTIRES COELHO
RÉU(É) (S) : PAULO ROBERTO GALVÃO DA ROCHA
ADV. (A/S) : MÁRCIO LUIZ DA SILVA
ADV. (A/S) : DESIRÊE LOBO MUNIZ SANTOS GOMES
ADV. (A/S) : JOÃO DOS SANTOS GOMES FILHO
RÉU(É) (S) : ANITA LEOCÁDIA PEREIRA DA COSTA
ADV. (A/S) : LUÍS MAXIMILIANO LEAL TELESCA MOTA
RÉU(É) (S) : LUIZ CARLOS DA SILVA (PROFESSOR LUIZINHO)
ADV. (A/S) : MÁRCIO LUIZ DA SILVA
RÉU(É) (S) : JOÃO MAGNO DE MOURA
ADV. (A/S) : OLINTO CAMPOS VIEIRA
RÉU(É) (S) : ANDERSON ADAUTO PEREIRA
ADV. (A/S) : ROBERTO GARCIA LOPES PAGLIUSO
RÉU(É) (S) : JOSÉ LUIZ ALVES
ADV. (A/S) : ROBERTO GARCIA LOPES PAGLIUSO
RÉU(É) (S) : JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA (DUDA MENDONÇA)
ADV. (A/S) : LUCIANO FELDENS
RÉU(É) (S) : ZILMAR FERNANDES SILVEIRA



ADV.(A/S) : LUCIANO FELDENS

Decisão: O Tribunal resolveu questão de ordem suscitada pelo Relator no sentido de que a leitura do relatório será resumida e de que será de 5 (cinco) horas o tempo de sustentação oral do Procurador-Geral da República, vencido o Ministro Marco Aurélio que entendia inadequada a questão de ordem, que aguardará a leitura do relatório para se manifestar e não estabelecia tempo para sustentação oral do Procurador-Geral da República. Votou o Presidente, Ministro Ayres Britto. Plenário, 09.05.2012.

Presidência do Senhor Ministro Ayres Britto. Presentes à sessão os Senhores Ministros Celso de Mello, Marco Aurélio, Gilmar Mendes, Cezar Peluso, Joaquim Barbosa, Ricardo Lewandowski, Cármen Lúcia, Dias Toffoli, Luiz Fux e Rosa Weber.

Procurador-Geral da República, Dr. Roberto Monteiro Gurgel Santos.

p/ Luiz Tomimatsu
Assessor-Chefe do Plenário